

**Umoe Bioenergy S.A.**

CNPJ 03.445.208/0001-02

**Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de março de 2022 e período de 1 de janeiro de 2020 a 31 de março de 2022** (Em milhares de reais)

Balanco patrimonial 31 de março de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			Demonstrações dos fluxos de caixa		
Ativo	Nota	2022	2021	31/03/2022	31/03/2021
<b>Circulante</b>		<b>231.274</b>	<b>246.178</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.545	47.120		
Contas a receber - cooperativa	6	19.451	36.473		
Contas a receber de clientes	1.444	1.595	1.595		
Estoque e adiantamento a fornecedores	7	73.105	44.422		
Ativos biológicos	10	93.447	111.203		
Tributos a recuperar	8	7.161	1.692		
Outros ativos	11	3.121	3.673		
<b>Não circulante</b>		<b>966.742</b>	<b>786.228</b>		
Tributos a recuperar	8	467	102		
Depósitos judiciais	20	2.660	2.117		
Outros ativos	11	5.108	5.520		
		8.235	7.739		
Investimentos	9	14.255	7.906		
Imobilizado	12	475.417	468.381		
Direito de uso de ativos	13	468.835	302.202		
<b>Total do ativo</b>		<b>1.198.016</b>	<b>1.032.406</b>		
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>		<b>218.129</b>	<b>197.689</b>		
Fornecedores	15	53.400	50.072		
Empréstimos e financiamentos	16	31.488	59.915		
Arrendamentos e parcerias agrícolas	18	89.811	56.095		
Partes relacionadas	19	9.781	9.781		
Salários e encargos sociais	18	15.593	14.158		
Tributos a recolher	17	14.212	13.742		
Outros passivos	3	3.764	3.679		
<b>Não circulante</b>		<b>649.937</b>	<b>583.709</b>		
Fornecedores	15	2.546	5.539		
Empréstimos e financiamentos	16	78.606	108.737		
Arrendamentos e parcerias agrícolas	18	351.664	222.442		
Partes relacionadas	19	157.863	173.876		
Salários e encargos sociais	18	4.843	11.972		
Tributos a recolher	17	29.231	37.975		
Outros passivos	20	25.023	23.977		
Outros passivos		91	91		
<b>Total do passivo</b>		<b>868.066</b>	<b>781.368</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>329.950</b>	<b>251.038</b>		
Capital social	21	251.036	1.379.866		
Reserva legal		5.012	-		
Reserva de lucros		73.902	-		
Prejuízos acumulados		-	(1.128.828)		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.198.016</b>	<b>1.032.406</b>		

**Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de março de 2022 e período de 1 de janeiro de 2020 a 31 de março de 2021** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional.** - A UMOE BIOENERGY S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Sandovalina, Estado de São Paulo. Tendo como sua controladora UBE GRUPPEN ASA, a Companhia tem por objeto social (i) a industrialização de açúcar, biodiesel, álcool e outros derivados de cana-de-açúcar para comercialização no Brasil e no exterior, por meio de importação e exportação; (ii) a exploração de lavouras canavieiras em terras próprias ou de terceiros; (iii) a exploração de atividades agropecuárias em geral; (iv) a realização de operações portuárias; (v) a geração de eletricidade a partir de qualquer fonte criada ou resultante da cana-de-açúcar ou outros produtos agrícolas; e (vi) a prestação de serviços de consultoria em engenharia, em especial em atividades relacionadas à pecuária de leiteiros, lavoura de apicultura utilizada no processo de colheita em terras próprias, arrendadas e de parcerias da região oeste do Estado de São Paulo. A Companhia possui sua unidade industrial localizada no município de Sandovalina - SP na região do Paranapanema. A capacidade instalada de moagem é de 2.600 toneladas de cana/ano. No ano de 2020, a assembleia geral da Companhia deliberou pela alteração do seu exercício social, para início em 1 de abril de cada ano e com encerramento em 31 de março do ano seguinte (anteriormente início em 1 de janeiro de cada ano e com encerramento em 31 de dezembro). Como consequência dessa alteração de exercício social, os valores apresentados de forma comparativa das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de março de 2021 correspondem à data de 15 meses enquanto o exercício corrente corresponde a 12 meses.

**Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia.** - A Covid-19 impactou significativamente a economia mundial a partir de 2020 e pode continuar impactando nos próximos anos. Muitos países impuseram proibições de viagens a milhões de pessoas e, além disso, pessoas em muitos locais estão sujeitas a medidas de quarentena. As empresas estão lidando com receitas perdidas e cadeias de suprimentos interrompidas. Alguns países têm realizado restrições em resposta à pandemia e, como resultado da interrupção das empresas, milhões de trabalhadores perderam seus empregos. A pandemia da Covid-19 também resultou em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities em todo o mundo. Vários governos anunciaram e implementaram medidas para prestar assistência financeira e não financeira às entidades afetadas. Essas entidades tem apresentado desafios às entidades na elaboração de suas demonstrações financeiras de acordo com a normas internacionais de contabilidade (IFRS). Esta publicação fornece um breve resumo dos requisitos de divulgação existentes que devem ser considerados ao relatar os efeitos financeiros da pandemia da Covid-19 nas demonstrações financeiras em IFRS. Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e em suas demonstrações financeiras.

**2. Sumário das principais práticas contábeis - 2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores, objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 13 de maio de 2022.

**2.2. Base de mensuração.** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas e instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de resultado.

**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais (reais) da Companhia usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data de apresentação das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos ou perdas cambiais em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

**2.4. Instrumentos financeiros.** - O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio de Resultados do Exercício (categoria residual). A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos: O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

**2.4.1. Mensuração.** - Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: • Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; • Menos as amortizações e, e • Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

**2.4.2. Reconhecimento.** - As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

**2.4.3. Desreconhecimento.** - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou • A Companhia transfereu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrazo significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem recebeu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato foi liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e cooperativa, adiantamento a fornecedores. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e parcerias agrícolas e partes relacionadas. A Companhia não possui transações de Hedge Accounting em 31 de março de 2022 e 2021.

**2.4.4. Outros passivos financeiros.** - Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos) que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

**2.4.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** - A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito para todos os instrumentos de dívida que não são mantidos pelo valor justo por meio do resultado. As provisões baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito de acordo com o contrato. Os impactos da adoção da norma estão detalhados no quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um

Demonstração do resultado	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Receita operacional líquida	22	555.620	494.098
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(419.378)	(352.612)
Despesas com vendas	23	156.242	141.456
Despesas gerais e administrativas	23	(18.713)	(18.904)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	971	(2.487)
Lucro operacional		110.926	109.245
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	25	(49.201)	(76.631)
Receitas financeiras	25	49.270	3.426
Resultado financeiro, líquido		69	(73.205)
Lucro antes do IR e da contribuição social		110.995	36.040
Imposto de renda e contribuição social	14	(10.759)	(2.695)
Lucro líquido do exercício/período		100.236	33.345

**Demonstração do resultado abrangente**

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do exercício/período	100.236	33.345
Total do resultado abrangente do exercício/período	100.236	33.345

ção que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações do CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48:** Reforma do **Taxa de Juros de Referência** - As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. Essas alterações não impactaram nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021** - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados com consequência direta da pandemia Covid-19. Essas alterações não impactaram nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19. **2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes** - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações financeiras.

**3. Usos estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras da Companhia incluem estimativas referentes às provisões necessárias para instrumentos financeiros, estimativa de vida útil e avaliação do valor recuperável para o ativo imobilizado, reconhecimento de receita, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e provisão para riscos e contingências. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As estimativas e premissas que representam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** - A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) como demonstrado na Nota 12. **c) Ativos biológicos** - Os ativos biológicos são reconhecidos ao valor justo na data de balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores justos entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram vârgas colhidas e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. Utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) para descontar o fluxo de caixa ao valor presente, conforme detalhado na Nota 10. **d) Provisões para contingências** - Nota 20.

**4. Determinação do valor justo** - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para proposições de mensuração e para a avaliação de ativos e passivos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. No exercício das demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3. **(i) Ativos biológicos (Nível 3)** - Nota 3. e. **(ii) Contas a receber (Nível 1)** - o valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de juros de mercado apurada na data de apresentação das demonstrações financeiras; **(iii) Empréstimos e financiamentos (Nível 1)** - o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

	31/03/2022	31/03/2021
<b>5. Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Bancos contas correntes	2.105	6.166
Depósitos bancários de curto prazo	31.440	40.954
	33.545	47.120

Os depósitos bancários de curto prazo possuem remuneração média de 10,0% e Certificado de Depósito Bancário (CDB/CDJ) em 31 de março de 2022 e 2021.

**6. Contas a receber - cooperativa** - Em 31 de março de 2022, o saldo de R\$ 19.451 (R\$ 36.473 em 31 de março de 2021), derivam de operações com a Cooperar S.A. A Companhia avaliou os saldos do contas a receber e julgou não haver riscos relevantes de perdas nestes créditos, portanto, nenhuma provisão de perda foi reconhecida em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021.

	31/03/2022	31/03/2021
<b>7. Estoques e adiantamentos a fornecedores</b>		
Produtos acabados	598	287
Materiais de almoxarifado e insumos agrícolas	23.634	11.916
Merchadoria em poder de terceiros	12.354	4.221
Provisão para perdas com itens obsoletos	797	903
Adiantamentos a parceiros e fornecedores de cana de açúcar	40.000	53.531
Adiantamento a fornecedores de materiais e serviços	18.078	2.468
Provisão para perdas em adiantamentos	(20.763)	(27.418)
	73.105	44.422

Adiantamentos a fornecedores de cana ou materiais e serviços são realizados por meios dos pagamentos ou serviços prestados. Esses adiantamentos são considerados como ativos não monetários e não derivativos e inicialmente reconhecidos a valor justo, registrados como ativo circulante. Os adiantamentos de cana são liquidados com base nos volumes de cana-de-açúcar entregue. Quando aplicável, uma provisão para perdas é registrada em um montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas estimadas decorrentes da não entrega da cana-de-açúcar. A Companhia calcula a provisão com base em condições econômicas existentes e análise de conta específica dos fornecedores com risco de não entregar a cana-de-açúcar

	31/03/2022	31/03/2021
<b>12. Imobilizado</b>		
Edifícios e instalações nas dependências industriais		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	Terrenos 12.868	21.440
Saldo inicial	12.868	21.440
Aquisições	-	-
Depreciação	(711)	(19.059)
Em 31 de março de 2021	12.868	20.778
Saldo em 1º de janeiro de 2022	12.868	20.778
Saldo inicial	12.868	20.778
Aquisições	-	-
Depreciação	(569)	(15.150)
Em 31 de março de 2022	12.868	20.209
Saldo em 1º de janeiro de 2020	Terrenos 12.868	21.440
Saldo inicial	12.868	21.440
Aquisições	-	-
Depreciação	(711)	(19.059)
Em 31 de março de 2021	12.868	20.778
Saldo em 1º de janeiro de 2022	12.868	20.778
Saldo inicial	12.868	20.778
Aquisições	-	-
Depreciação	(569)	(15.150)
Em 31 de março de 2022	12.868	20.209

	31/03/2022	31/03/2021
<b>13. Direito de uso de ativos e Arrendamentos e Parcerias Agrícolas</b>		
<b>Direito de uso de ativos:</b>		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	Terrenos 12.868	21.440
Saldo inicial	12.868	21.440
Aquisições	-	-
Depreciação	(711)	(19.059)
Em 31 de março de 2021	12.868	20.778
Saldo em 1º de janeiro de 2022	12.868	20.778
Saldo inicial	12.868	20.778
Aquisições	-	-
Depreciação	(569)	(15.150)
Em 31 de março de 2022	12.868	20.209

**14. Outros ativos**

	31/03/2022	31/03/2021
Custos e despesas a apropriar	6.522	6.880
Outros	1.700	2.133
	8.222	9.013

**15. Provisão para perdas com itens obsoletos**

	31/03/2022	31/03/2021
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.121	1.121
Saldo inicial	1.121	1.121
Provisão para perdas com itens obsoletos	-	-
Em 31 de março de 2021	1.121	1.121
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.121	1.121
Saldo inicial	1.121	1.121
Provisão para perdas com itens obsoletos	-	-
Em 31 de março de 2022	1.121	1.121



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S. Paulo com circulação em bancas de jornais e assinadas. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser verificada através do QR Code ao lado ou pelo site <https://fip.gazetasp.com.br>

Continua. ➡